

Dez anos depois, algumas considerações a fazer: ensaio sobre a necessidade de uma epistemologia dos gêneros jornalísticos¹

Francisco de ASSIS²
Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

Resumo

Discussão, escrita em tom de ensaio, sobre a urgência de destinar esforços à sistematização de um marco epistemológico para os gêneros jornalísticos. A partir de pressupostos fundados na sociologia – especialmente na praxiologia defendida por Pierre Bourdieu –, problematizamos algumas tendências verificadas nas pesquisas a tal respeito realizadas no Brasil, constatando haver pouca inclinação a articular dialeticamente pressupostos teóricos e vestígios da prática, isto é, em investir na perspectiva que é própria da ciência. Amparamo-nos em referenciais bibliográficos e alertamos para a fragilidade gerada pelo abandono da angulação crítica do ato investigativo, o que acaba se tornando vetor de descompassos entre a produção científica do campo e o seu objeto.

Palavras-chave

Jornalismo; teoria do jornalismo; gêneros jornalísticos; epistemologia; campo epistêmico.

Razões e fundamentos

Já se passaram dez anos desde a última vez que estivemos neste GP Gêneros Jornalísticos³ – grupo, aliás, que ajudamos José Marques de Melo a fundar, em 2009, e que esteve sob nossos cuidados de seu início até 2012⁴. A partir daí, os caminhos da pesquisa nos levaram a outras paragens, a outros objetos e a outras discussões que não se ocuparam do tema aqui privilegiado. Muita coisa mudou desde lá. Externa e internamente. Além de acompanhar o avanço das tecnologias digitais na última década, especialmente das que se materializam em rede e que reorganizam a circulação de informações, a incursão que fizemos em novos territórios teórico-metodológicos, as pesquisas prioritariamente voltadas aos jornalistas e a seu mundo do trabalho e os intercâmbios de percepções e de saberes que as circunstâncias nos proporcionaram forjaram outros modos de olhar para as práticas jornalísticas e de nelas encontrar pontos de tensão que respondessem às inquietações da época. Mas algo permaneceu: o chamado a revisar a

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, durante o 22º Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/Capes), junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Editor da Revista Líbero. Contemplado com o Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação 2022, na categoria Liderança Emergente. e-mail: francisco@assis.jor.br

³ A última apresentação que fizemos no GP foi a do trabalho *Personagens anônimos e histórias de interesse humano: a relação entre fonte e formato no jornalismo de Eliane Brum* (ASSIS, 2012b), durante o 35º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Fortaleza (CE).

⁴ Uma breve sistematização dessa história encontra-se em outros dois textos de nossa autoria (ASSIS, 2012a; 2020).

questão dos gêneros, campo epistêmico que Marques de Melo generosamente nos legou e cuja dinâmica pressupõe constante esforço de atualização – verdadeiro “trabalho de Sísifo” (ASSIS, 2012a, p. 1-3) –, em razão de seu foco estar em permanente transformação.

De certa maneira, percorrer caminhos outros que não os comumente seguidos nas pesquisas sobre os gêneros jornalísticos arejaram as ideias, direcionando a atenção a esforços mais amplos que a simples inscrição das formas de expressão do jornalismo em certo quadro classificatório. Não que tal exercício seja inútil ou desprovido de sentido, mas fato é que, sem a inclinação a tecer tramas teórico-metodológicas que envolvam o objeto de modo a alargar os limitados critérios adotados – como é o caso da finalidade, notadamente o mais usual (SEIXAS, 2009, p. 63) –, a epistemologia desse campo avança muito timidamente.

É necessário reconhecer que a condição “relativamente estável” dos gêneros (BAKTHIN, 2003, p. 262), de uma impermanência, certamente é o que empurra autoras e autores a se ocuparem primordialmente da tarefa de propor e de revisar classificações, muitas vezes incorrendo no descuido de não projetá-las devidamente em perspectivas teóricas devidamente balizadas ou, então, de reproduzir o senso comum, resultando em apreciações não muito claras (BONINI, 2003). Podemos arriscar mesmo a dizer que o trabalho de investigação sobre os gêneros está, amiúde, essencialmente fixado na dimensão taxonômica e ancorado em conceitos não raramente distantes das evidências identificadas empiricamente. Esse impasse entre o fazer e a teorização – pendendo ora para um lado, ora para outro, e quase sempre sem equilíbrio e/ou sem alicerce científico – resulta em muita descrição e pouca teoria, algo que, parece-nos, retroalimenta a tarefa sisifiana há pouco mencionada.

O ensaio aqui apresentado tem por objetivo provocar os participantes deste GP a pensar sobre a necessidade de ultrapassar a rotineira análise de produtos jornalísticos à luz de classificações preexistentes e partir para a construção de uma epistemologia dos gêneros jornalísticos capaz de reconhecer seu estatuto, identificar seu lugar no campo do jornalismo (SILVA, 2009) – e, principalmente, tratá-los com postura mais científica e menos tecnicista. De pronto, alertamos que não queremos sugerir receita para essa investida, mas tão somente apresentar uma forma de compreensão – entre muitas que podem ser articuladas – que se nos mostra pertinente.

Nossa abordagem está fundamentada na praxiologia – a “sociologia da prática” – de Pierre Bourdieu (2013), autor que tem nos amparado nas pesquisas sobre os jornalistas

– como no projeto de pós-doutoramento em curso – e com a qual podemos fazer uma ponte para pensar os esforços de investigação acerca dos gêneros jornalísticos. Portanto, aqui assumimos que o jornalismo é um *campo*, isto é, “um espaço social estruturado, um campo de forças”, no qual “há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior deste espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças” (BOURDIEU, 1997, p. 57). Consideramos, ainda, apoiados em Gislene Silva (2009, p. 198), que esse campo se divide em pelo menos quatro dimensões: campo profissional, campo científico, campo acadêmico e campo epistêmico. Sobre este último, articula a autora:

em meio às condições institucionais e políticas específicas do universo da academia, que agem *a fortiori* sobre os processos e resultados da produção da ciência, deveríamos focar a discussão no conceito de campo epistêmico para expressar com mais clareza qual o conhecimento jornalístico a que nos referimos. Campo epistêmico diz respeito a investimento conceitual, metodológico e teórico.

Nessa perspectiva, os gêneros jornalísticos – aos quais, em ocasião anterior, reivindicamos o *status* de disciplina (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2020, p. 15) –, muito além de sua dimensão técnica (ASSIS, 2014), constituem um campo de pesquisa com relativa autonomia, verificada na tradição de investigações sistemáticas⁵, realizadas há mais de meio século no Brasil e no exterior (MARQUES DE MELO, 2003; PARRAT, 2008; SEIXAS, 2009), com o propósito de construir repertório próprio capaz de reconhecer os delineamentos das formas jornalísticas e, assim, responder à questão que Nelson Traquina (2001, p. 51) considera ser central na pesquisa em jornalismo: “Por que as notícias são como são?”. É sobre essa episteme que tratamos.

Jornalismo, gêneros, epistemologia: organizando as ideias

Grosso modo, entendemos “epistemologia” como o conhecimento sobre o conhecimento. Eduardo Duarte (2003, p. 42, grifo nosso) é um pouco mais preciso: vai à raiz grega dos vocábulos que formam a palavra (*episteme* e *logos* – respectivamente, ciência e estudo) e nos indica que “epistemologia é um conjunto de conhecimentos teórico-metodológicos ligados simbioticamente que permitem elaborar uma forma de

⁵ Há certo consenso em identificar que a pesquisa sistemática sobre as formas de expressão do jornalismo tenha ganhado corpo em meados do século XX, principalmente com investidas suscitadas na Espanha e na América Latina (MARQUES DE MELO, 2003; 2010; CHAPARRO, 2008; BERTOCCHI, 2010).

investigar um objeto. Epistemologia é o estudo dos **princípios de investigação que direcionam um olhar para um tema**”.

Duarte nos oferece a primeira pista para a nossa discussão: o reconhecimento de que a epistemologia é o que molda a pesquisa, o que coloca o objeto em certa perspectiva. Sem a compreensão desse dado de partida, o esforço investigativo não subsiste, resultando mesmo em avaliações distorcidas e sem rigor. Especificamente sobre os gêneros jornalísticos, dois aspectos se sobressaem em boa parte das investidas: ao abdicar da epistemologia, pesquisadoras e pesquisadores (1) costumam pender para dois extremos da incorreção – ora lançando mão de termos e de conceitos incapazes de articular teoria e prática, ora reproduzindo apenas uma dessas dimensões, sem diálogo com a outra – ou (2) julgam classificações de maneira equivocada, justamente por olhá-las numa zona de sombra, distante da luz epistêmica que clareia o que se propôs em termos de organização dos modos como o jornalismo se expressa.

Dois exemplos ilustram a assertiva posta acima. Na tentativa de mapear o que a bibliografia corrente no campo da comunicação classifica a respeito do que chama de “gêneros do jornal”, Adair Bonini (2003, p. 209) identificou um hiato entre as pesquisas e seu objeto empírico, com mobilizações nada claras sobre a noção de gênero, sendo entendidos, pelos autores do campo, tanto “os textos relacionados a uma prática discursiva (de ocorrência empírica, como a notícia e a reportagem) quanto os traços que representam categorias mais amplas e de caráter tipológico, determinados pelo filtro teórico do estudioso e não pela realização empírica”. Tal imprecisão, presumimos, é resultado do descuido com a epistemologia, o que leva à adoção – ou mesmo à criação – indiscriminada⁶, e por vezes leviana, de termos imprecisos, contraditórios entre si e com definições que nem sempre se sustentam.

Segundo exemplo: Monica Martinez (2017, p. 25, grifo nosso) faz interpretação errônea sobre o reconhecimento do “jornalismo diversional” como gênero, alegando haver, no Brasil, “uma corrente que caracteriza a modalidade como parte integrante do

⁶ Vale fazer um comentário adicional: não é raro encontrarmos, em teses e dissertações que tocam na problemática dos gêneros jornalísticos, algumas proposições formuladas sem parâmetro. Virgínia Salomão (2009, p. 247, grifo nosso), por exemplo, afirma que, tendo se valido da classificação de Marques de Melo para analisar os gêneros cultivados por revistas regionais, encontrou os dois formatos do gênero diversional categorizados pelo autor que a ampara – “história de interesse humano” e “história colorida” –, mas acrescentou a eles o que diz ser “o formato inédito em toda a pesquisa, a que se decidiu denominar **história pitoresca**”. Não apresenta, contudo, quaisquer fundamentos que justifiquem o reconhecimento de uma forma específica e tampouco oferece um conceito a respeito do formato. Limita-se a dizer que “trata-se de histórias verdadeiras ocorridas com o jornalista Rangel Cavalcante, relatadas em estilo que vai do prosaico ao proverbial, em coluna fixa intitulada Histórias Miúdas. Sua temática é majoritariamente política, contada com recursos literários, que mesclam aos diálogos tradicionais, os internos”. Por essa breve descrição, é bem provável que se trate de uma crônica, à qual foi dado novo rótulo, desconsiderando o nível epistemológico do trabalho.

gênero diversional [...], **não no sentido de entretenimento, mas de diverso** [...], estando **mais ligada ao estudo do formato do que propriamente do conteúdo** ou dos processos produtivos”. Há dois equívocos nessa avaliação. O primeiro é dizer que o termo diversional não tem a ver com entretenimento, o que demonstra minimamente uma leitura desatenta dos trabalhos vinculados à corrente aludida e, principalmente, a desconsideração da matriz funcionalista na qual aquele modelo classificatório está ancorado. Marques de Melo (2003, p. 214, grifo nosso), que primeiro desenvolveu o conceito, não deixa dúvidas quanto a isso, ao explicar as escolhas que faz e, pontualmente, ao afirmar: “Optamos pela expressão jornalismo diversional **inspirado justamente no termo ‘diversão’** usado por [Raymond] Nixon⁷ **para rotular a função que muitos autores chamam de ‘entretenimento’**”. O outro equívoco é sugerir que o afastamento do caráter de entretenimento se dá por conta de os gêneros não se referirem a conteúdos, mas a formatos. De fato, os gêneros jornalísticos se estruturam na dimensão morfológica do jornalismo, mas isto não significa que funções sociais não sejam consideradas em seus traços. Como outrora também deixamos claro, o conceito de “jornalismo diversional” corresponde a um gênero que proporciona “a diversão pela forma” (ASSIS, 2016).

O desafio de trabalhar a epistemologia de um campo de pesquisa consiste, principalmente, em encontrar fundamento para o diagnóstico da realidade social, superando a frágil separação entre teoria e prática – algo que, no caso do jornalismo, consiste talvez na principal matéria de disputa entre seus agentes, responsável por embates de toda ordem, desde a própria legitimação do estatuto profissional via formação específica até a queda-de-braço em relação a nomenclaturas e conceitos. O tratamento que tem sido conferido aos gêneros, tanto pela academia quanto pelo mundo do trabalho dos jornalistas – em manuais de redação ou mesmo no conhecimento tácito que circula entre os pares –, revela o descompasso entre os dois lados e a insistência, nada produtiva, em um afastamento mútuo.

Silva (2009, p. 119), mais próxima ao que compreendemos, reconhece que, não obstante haver dimensões⁸ específicas desse amplo e genérico “campo do jornalismo” ao qual seguidamente nos referimos, elas operam de maneira relacional, justamente porque há uma interdependência gerada pela própria natureza do objeto. O campo epistêmico do

⁷ As ideias de Nixon a que Marques de Melo faz referência estão esboçadas no livro *Análisis sobre periodismo: opinión pública y periodismo*, editada pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina Ciespal (Ciespal), em 1963.

⁸ Não nos esqueçamos de que, conforme o argumento de Silva (2009), essas dimensões consistem em campos específicos – ou subcampos, se assim quisermos.

jornalismo, ao qual estão submetidas as “práticas científicas que se dão na ambiência acadêmica”, também dialoga com o campo profissional e com este constantemente negocia suas condições de produção. Construir um “marco epistemológico” para o campo de pesquisa que se ocupa dos gêneros jornalísticos exige perceber as relações internas e externas que interferem nas percepções do objeto. Senão, vejamos:

Fuentes Navarro [...] acentua que **não podemos nos esquecer dos fatores sociopolíticos que, em diferentes escalas, determinam as análises epistemológicas dos saberes que postulamos como válidos** – saberes científicos, submetidos tanto às condições da racionalidade como às do poder. Logo, **os conflitos epistemológicos seriam, inseparavelmente, políticos. Difícil hoje alguém negar tal inseparabilidade**, seja em qualquer disciplina científica, inclusive nos estudos da Comunicação, principalmente por aquele pesquisador que se dedica à investigação epistemológica – porque a legitimidade científica vem dessa imbricação entre a institucionalização cognoscitiva – conceitos, métodos, teorias – e a institucionalização político-social – programas, publicações, associações, fomentos etc. [...]. Porém, se quisermos levar adiante a ideia de alguma cientificidade na pesquisa em Jornalismo, ajuda se considerarmos a distinção conceitual entre os campos social, científico, acadêmico e epistêmico. Parece correta a observação de L. C. Martino [...] quanto às imprecisões do conceito genérico campo – no caso, campo comunicacional – quando esta opção surge como fuga, quando se quer escapar da problemática em se empregar os conceitos de ciência ou disciplina científica (SILVA, 2009, p. 119-120, grifo nosso).

É próprio da epistemologia o exercício crítico a respeito do objeto pesquisado e da própria investigação, garantindo, a partir dessa inclinação, “os princípios de cientificidade” e “os critérios de validação interna do discurso científico”. Quem nos diz isso é Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2004, p. 15 e 25), em um de seus textos sobre epistemologia do campo da comunicação, no qual assinala que um dos principais obstáculos identificados nas pesquisas da área é justamente a “ausência de reflexão epistemológica” – dita, em sua exposição, no sentido estreito, isto é, como um dos níveis de desenvolvimento de uma pesquisa. Não se trata de mero descuido, mas de fragilidade que compromete o trabalho de pesquisadoras e pesquisadores e, no limite, a própria estatura de ciência do campo. Daí ser pertinente a crítica de Bonini (2003) quanto às imprecisões que marcam a literatura comunicacional sobre os gêneros jornalísticos.

Lopes (2004, p. 26, grifo nosso) ainda nos oferece outra pista para a reflexão, ao diagnosticar que “a **predisposição de tomar, como dados, objetos pré-construídos pela língua comum é um obstáculo epistemológico** amplamente notado nas pesquisas de comunicação” – entre as quais, acrescentamos, parte considerável das que se ocupam dos gêneros jornalísticos –, cujas conclusões suscitam um “efeito de obviedade”. Seu posicionamento é arrematado com uma advertência: “A reflexão epistemológica alerta

para a **ilusão de transparência do real**, fixa o plano da ciência como plano conceitual [...] e, principalmente, **revela que o objeto não se deixa apreender facilmente**". Quaisquer tratamentos pretensamente científicos conferidos aos gêneros que não se atenham à sua complexidade e não busquem "operações intelectuais propriamente teóricas para a sua explicação" – para usar as palavras de Lopes – nada mais são que especulações com verniz acadêmico. Mesmo autores que reivindicam a sistematização de uma teoria dos gêneros jornalísticos – como Lorenzo Gomis (2008) e Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (2011) e Lia Seixas (2013), por exemplo – não chegam a se ocupar de uma condução dialética do tema, razão pela qual tropeçam no mesmo obstáculo que apontam, reforçando tendência de apelar para "um marco teórico ambicioso que não se realiza numa estratégia metodológica do mesmo porte" (LOPES, 2004, p. 30). O resultado disso é uma teoria que não dialoga com a empiria e um resultado incapaz de progredir em relação ao que o estado da arte já apreendeu.

Construindo um marco epistemológico para os gêneros jornalísticos

A praxiologia é uma das três chaves – ao lado da fenomenologia e do estruturalismo⁹ – por meio das quais, segundo Bourdieu (2013, p. 39-40), podemos compreender o mundo social. Sua característica é ser uma abordagem que busca identificar não apenas as "relações objetivas" que configuram o objeto, mas principalmente as "relações dialéticas" que os agentes de determinado campo internalizam. O foco desse modo de construir conhecimento, nos termos do autor, é o "processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade".

O conhecimento praxiológico defendido por Bourdieu (2013, p. 40) avança em relação às duas tradições teóricas anteriores, porque assimila e tensiona aspectos de ambas, numa espécie de simbiose que

opera uma nova inversão da problemática que a ciência objetiva do mundo social (como sistema de relações objetivas e independentes das consciências e das vontades individuais) constituiu ao colocar as questões que a experiência primeira e sua análise fenomenológica tendiam a excluir. Do mesmo modo que o conhecimento objetivista questiona as condições de possibilidades da

⁹ Acerca das duas primeiras chaves, Bourdieu (2013, p. 39) explica: "O conhecimento que chamaremos 'fenomenológico' (ou, se quisermos usar termos de escolas atuais, conhecimento 'interacionista' ou 'etnometodológico') explicita a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de *familiaridade* com o meio familiar, a apreensão do mundo social como mundo natural e evidente sobre o qual, por definição, não se pensa e que exclui a questão de suas condições de possibilidade. O conhecimento que podemos chamar de *objetivista* (sendo a hermenêutica estruturalista um caso particular dele) constrói relações objetivas (econômicas ou linguísticas) que estruturam as práticas e suas representações (o conhecimento primeiro, prático e tático, do mundo familiar), ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social o caráter de evidência e de naturalidade".

experiência primeira (revelando que essa experiência se define fundamentalmente pela não-coloração de tal questão), o conhecimento praxiológico inverte o objetivista, questionando as condições (teóricas e sociais) de possibilidade dessa questão, e mostra que o conhecimento objetivista se define fundamentalmente pela exclusão dessa questão.

Os gêneros jornalísticos, como prática social – ou, melhor, como prática de um grupo social, o dos jornalistas e de outros agentes atuantes no campo do jornalismo –, têm sido prioritariamente tratados pelas perspectivas da “experiência primeira” e da “ciência objetiva” assinaladas na obra bourdieusiana. Como vimos, ora são reproduzidos termos, características e modos de produção brotados do senso comum – às vezes sequer confrontados com referenciais teóricos ou sem aprofundamento sistemático que permita reconhecer a vigência regular de certas formas –, e ora procede-se a um distanciamento dos horizontes da prática, resultando em considerações objetivas, mas que desconhecem as condições de produção do objeto (teóricas e sociais, para ser fiel à crítica tecida por Bourdieu). Uma abordagem praxiológica dos gêneros – que “não anula as aquisições do [conhecimento] objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve de excluir para obtê-las” (BOURDIEU, 2013, p. 40) – é a que busca, portanto, uma relação dialética entre teoria e prática, evitando cair em armadilhas, como a da separação dessas duas dimensões, a do empirismo ingênuo ou a da teoria dissociada da realidade.

Queremos dizer, com isso, que entendemos o conhecimento praxiológico como um critério para pensar uma epistemologia dos gêneros jornalísticos, exercício este que demanda reflexividade e uma postura científica questionadora do fazer jornalístico e da própria teoria a seu respeito. Ao explicar a praxiologia, José Marciano Monteiro (2018, p. 25, grifo nosso) anota algo importante:

Na abordagem praxiológica **não é possível conceber a ação do agente destituindo-lhe de suas redes de relações sociais e das condições objetivas de existência.** O agente não age de forma completamente autônoma (fenomenologia) e, tampouco, de forma automática (estruturalismo) como executor da estrutura. O agente age por meio da mediação entre a posição em que se encontra situado no espaço social e as disposições internalizadas em seu corpo. **O agente age por meio das estratégias que são desenvolvidas a partir das disposições incorporadas em seu corpo no decorrer do processo histórico.**

Uma das principais fragilidades das pesquisas sobre os gêneros jornalísticos – algo que alertamos na conclusão de nossa tese de doutorado, posteriormente transformada em livro (ASSIS, 2018, p. 358) – é ignorar a ação dos agentes do campo (i.e., jornalistas e

colaboradores) e suas disputas. Como as pesquisas nesse âmbito, em sua grande parte, recorrem a métodos e técnicas detidos na análise da superfície do jornalismo (matérias publicadas em diversas mídias), sem observação de “bastidores” e sem diálogo com quem produz o material tomado como *corpus*, as rotinas produtivas quase sempre desaparecem das análises. Deixa-se, também e assim, de inserir os gêneros no âmbito das culturas profissional e organizacional (SALOMÃO, 2007) – esta última, leia-se, das empresas jornalísticas –, tratando-os como formas abstratas, em muitos casos desconsiderando subjetividades e até mesmo as objetivações que o *habitus* profissional incorporou. Essa tendência esvazia a discussão, gastando-se muito fôlego na formulação de quadros classificatórios e dedicando pouca atenção ao estabelecimento de pontes sólidas entre a prática e a pesquisa.

No Brasil, os dois principais trabalhos sobre o tema – os de José Marques de Melo (2003; 2010) e de Manuel Carlos Chaparro (2008) – apresentam acertos e erros a esse respeito. Acertam ao refazer o percurso histórico do jornalismo e de seus modos de expressão, bem como em situar suas filiações teórico-metodológicas – o funcionalismo e a pragmática, respectivamente. Mas erram ao confrontar teoria e empiria, especialmente sem interlocução com os agentes do campo profissional do jornalismo. Marques de Melo se deixa levar por termos de uso comum, alguns usuais somente em outros países, e acaba insistindo em divisas muito frágeis, como as que diz haver entre os formatos “artigo” e “comentário” (gênero opinativo) e “história de interesse humano” e “história colorida” (gênero diversional). Chaparro, por sua vez, não justifica com precisão o levantamento que faz de um restrito grupo de formas, embora reconheçamos – e é justo destacar isso – que sua obra avança consideravelmente em relação à de Marques de Melo, porque busca argumentos sólidos sobre a natureza gêneros – fundamentalmente discursiva, no seu entendimento – e sobre a opção de se filiar às ciências da linguagem, levando a efeito o nível epistemológico, *stricto sensu*, dito à exaustão nestas linhas. Perceber, contudo, as lacunas deixadas ajuda-nos a compreender que mesmo importantes e sérios trabalhos de pesquisa se atrapalham no descortino do objeto e não conseguem chegar ao cerne da questão, à complexidade do objeto. Lopes (2004, p. 15) tem razão ao reconhecer que “a crítica epistemológica rege os critérios de validação interna do discurso científico” e que essa “perspectiva não é suficiente se não for combinada aos critérios de validação externa apoiados na crítica feita pela sociologia do conhecimento”. Significa dizer que o exercício crítico situado no plano epistemológico da pesquisa não só garante sua cientificidade

como também – e principalmente – ajusta os modos de pesquisar às demandas da ciência e à realidade do objeto. Sem essa postura vigilante, ao contrário, redonda em não mais que elaborações de superfície e/ou visões desfocadas.

Vigilância epistemológica como sustentáculo da pesquisa sobre gêneros jornalísticos

O conceito de “vigilância epistemológica”, tratado por Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredone e Jean-Claude Passeron (2015), em seu clássico *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*, refere-se à necessidade de um constante estado de alerta, por parte de pesquisadoras e pesquisadores, em relação ao desenvolvimento de seus projetos, de modo a zelar por três movimentos indispensáveis para a ciência: ruptura, construção e comprovação. Em outras palavras, essa vigilância leva-nos ao cuidado de romper com a ilusão da realidade imediata (empirismo), construir objeto de pesquisa a partir de perspectivas teóricas adequadas – e destaque-se, aqui, a ênfase na estratégia de *construção*, uma vez que o objeto “é um sistema de relações expressamente construído [...] ao longo de um processo de objetivação que se dá através da escolha, recorte e estruturação dos fatos até os procedimentos técnicos de coleta dos dados” (LOPES, 2004, p. 26) – e, enfim, demonstrar que esse objeto construído mantém relação com o objeto palpante na realidade social.

Somente com postura crítica se pode alcançar a vigilância epistemológica, a qual, conforme argumentam Bourdieu, Chamboredone e Passeron (2015, p. 96, grifo nosso),

depende da forma e estrutura das trocas pelas quais ela se realiza: tudo leva a considerar que **a troca generalizada de críticas [...] constitui um modelo mais favorável a uma integração orgânica do meio científico** do que, por exemplo, o clube de admiração mútua como troca restrita de serviços ou, o que não é de modo algum mais válido, a troca de polêmicas rituais pelas quais os adversários cúmplices consolidam mutuamente os respectivos estatutos.

O exercício ambicionado neste ensaio, longe de querer desmerecer o trabalho de colegas – especialmente daquelas e daqueles que nos precederam –, justifica-se exatamente pela demanda de pensar o que se tem produzido acerca dos gêneros jornalísticos, mirando o refinamento das pesquisas a partir do pensamento crítico. Aliás, o diagnóstico que Marli dos Santos et al (2021, p. 28) fizeram sobre as tendências dos dez primeiros anos deste GP (2009-2018) apresenta considerações em linha com nossa discussão, como, por exemplo, a constatação de excessiva ênfase em análises de conteúdo, em detrimento de análises processuais. Ademais, é justo nos submetermos à autocrítica e reconhecermos que também escorregamos em impasses epistemológicos em

trabalhos anteriores. Essa constatação nos auxilia a mais bem elaborar as problemáticas em torno dos gêneros e, conseqüentemente, organizar bases teórico-metodológicas que nos permitam ir adiante. Sem essa agenda, é muito difícil sair do círculo vicioso de pesquisas que buscam encaixar produções jornalísticas em classificações preexistentes, sem questioná-las ou – pior ainda – forjando rótulos pretenciosamente novos, conceitualmente fracos e que de nada servem à compreensão do objeto.

Observando as pesquisas em comunicação no Brasil, Lopes (2004, p. 27) julga que “a ausência ou precariedade da reflexão epistemológica pode ser grandemente traduzida por uma falta de visão do campo da Comunicação como um campo de conhecimento que tem uma história”, isto é, de um desleixo com a “crítica epistemológica desse conhecimento”. É bastante possível considerar que nisso também está o “calcanhar de Aquiles” do campo de pesquisa sobre gêneros jornalísticos, que pouco se ocupa de fazer a crítica da crítica – da pesquisa “meta-teórica” –, para avaliar, a partir de parâmetros estabelecidos pela epistemologia, o que se fez e o que se faz em relação a seu tema.

A vigilância epistemológica, portanto, ação nada abstrata, porque elemento estruturante do esforço investigativo, permite reconhecer que as pesquisas não são fórmulas prontas, acabadas ou engessadas e tampouco podem ser acionadas com um simples toque ou se desenvolver a partir de *templates*. É necessário rigor – o que legitima seu *status* científico –, mas igualmente demanda-se criatividade nas formulações teórico-metodológicas. Não parece haver outra saída para evoluir no tratamento dos objetos, especialmente daquele que privilegiamos nestas linhas, carente que é de investidas mais afeitas a construir novos alicerces e, por conseguinte, outros modos de entendê-lo.

Trânsito interdisciplinar e postura interpretativa: algumas observações finais

Para finalizar, a modo de síntese, reforçamos a defesa de que buscar respostas à pergunta formulada por Traquina (2001, p. 51) – “Por que as notícias são como são?” –, do ponto de vista das formas de expressão, requer desprendimento da superfície textual e atitudes que levem a um olhar mais amplo sobre o jornalismo, situando os gêneros em contextos sócio-históricos, assumindo que há um “antes” – um processo rotineiro de produção – e, especialmente, considerando tratar-se de resultado da ação dos agentes do campo profissional.

As mudanças ocorridas nos planos macro e micro do jornalismo, citadas de início, bem como seus atravessamentos, precisam, logo, ser avaliadas em *perspectiva*

interdisciplinar e com *compromisso interpretativo*. Explicamos melhor esse diagnóstico em duas partes:

I) A interdisciplinaridade, que marca a pesquisa em comunicação e, portanto, em jornalismo, necessita ser considerada também como um critério para problematizar os gêneros jornalísticos. Pode parecer contraditório advogar em favor de uma postura interdisciplinar em uma abordagem que defende a disciplinaridade de um campo de pesquisa específico. Mas não é. Lopes (2004, p. 28) vai mesmo afirmar que a prática da interdisciplinaridade “exige o domínio de teorias disciplinares diversas integradas a partir de um objeto-problema”: “não se trata de ‘dominar tudo’, mas de um ‘uso útil’ de teorias e conceitos de diversas procedências, um uso que seja sobretudo bem fundamentado e pertinente à construção do objeto teórico”. Os gêneros – produtos de práticas profissionais, formas de linguagem e modos de conformar a mensagem jornalística – necessitam de tratamento multifocal, se desejarmos ir além da falsa apreensão imediata e tecnicista das evidências e, enfim, chegar à sua episteme. Projetá-los na dialética estabelecida entre “prática profissional” e “forma simbólica do fenômeno”, não permitindo que um aspecto – principalmente o primeiro – engula o outro (SILVA, 2009, p. 209), e considerar uma visão ampla do jornalismo e das forças – ou *disputas*, para ser fiel a Bourdieu – que agem na dinâmica da produção noticiosa¹⁰ (SOUSA, 2004, p. 127) demonstram ser atitudes coerentes com nossa proposta de um fazer científico diferente em relação ao particular aqui discutido.

II) A tendência de tratar os gêneros jornalísticos prioritariamente pela sua morfologia – e não raramente dizendo, inadequadamente, tratar-se de análise de conteúdo¹¹ (SANTOS et al, 2021, p. 28) – direciona esse campo de pesquisa a um fazer científico abusivamente descritivo. Lopes (2004, p. 32), porém, considera “deficientes” as “pesquisas descritivas”, uma vez que “a descrição constitui [somente] a primeira etapa da análise dos dados”, sendo a interpretação, como “segunda etapa”, a que “confere à pesquisa a condição de cientificidade”. A etapa interpretativa, assim sendo, deve ser encarada como um compromisso pelo grupo de pesquisadoras e pesquisadores devotados

¹⁰ Jorge Pedro Sousa (2004, p. 127) sistematiza as principais correntes de pesquisa em jornalismo, percebendo que o conjunto ajuda a compreender que a notícia, *lato sensu*, “é função de várias forças”. Precisamente, argumenta que a tradição desses estudos faz ver que “a notícia jornalística é o produto das interações histórica e presente (*sincretica*) de forças *pessoais, sociais (organizacionais e extra-organizacionais), ideológicas, culturais, históricas e do meio físico e dos dispositivos que intervêm na sua produção* e através dos quais são difundidas”. Todas essas forças perpassam os gêneros jornalísticos.

¹¹ Advertimos quanto à impertinência de muitas pesquisas que dizem fazer análise de conteúdo – a qual pressupõe a análise do teor da mensagem, especialmente no que diz respeito ao seu caráter ideológico –, quando, na verdade, procedem somente à análise da forma (portanto, uma análise morfológica, e não de conteúdo).

à questão dos gêneros. Caso contrário, a pedra de Sísifo continuará a rolar e nunca abandonaremos o expediente que se resume a encaixar material jornalístico em categorias preestabelecidas – o que, de algum modo, corresponde ao “passatempo anacrônico” que Tzvetan Todorov (1981, p. 45) cogitou ser a marca do trabalho intelectual que se encarrega dos gêneros do discurso, alerta que também serve para avaliarmos como nos comportamos em relação ao objeto de nosso interesse.

Como sinalizado desde o início, não se quis aqui oferecer solução pronta para o tratamento dos gêneros jornalísticos, mas esperamos que estas provocações não sejam lidas como uma espécie de tentativa de “reinventar a roda”. Ao contrário, quiséramos sejam acolhidas como estímulo para (re)pensar nossos esforços e, a partir da (auto)crítica, possibilitem encontrar saídas para o adensamento epistemológico que nosso pequeno campo de pesquisa tanto necessita.

Referências

ASSIS, Francisco de. 2000: os gêneros retornam à agenda acadêmica. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos: estudos fundamentais**. Rio de Janeiro, São Paulo: PUC Rio, Loyola, 2020. p. 251-254.

_____. **Jornalismo diversional: fundamentos teóricos e modos de fazer**. Florianópolis: Insular, 2018.

_____. Jornalismo diversional: a diversão pela forma. **Líbero**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 143-152, jan./jun. 2016.

_____. A dimensão técnica dos gêneros jornalísticos: embates conceituais que desafiam o ensino. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; ASSIS, Francisco de; ANTONIOLI, Maria Elisabete (Orgs.). **Desafios do jornalismo: novas demandas e formação profissional**. Curitiba: Appris, 2014. p. 183-198.

_____. Gêneros e formatos jornalísticos: critérios e escolhas na obra de José Marques de Melo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., Curitiba, 2012. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, SBPJor, 2012a.

_____. Personagens anônimos e histórias de interesse humano: a relação entre fonte e formato no jornalismo de Eliane Brum. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., Fortaleza, 2012. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2012b.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERTOCCHI, Daniela. Gêneros no ciberjornalismo. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 315-328.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013. p. 39-72.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____.; CHAMBOREDONE, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.

DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 41-54.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría de los géneros periodísticos**. Barcelona: UOCpress, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Pesquisa de comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 13-39, jan./jun. 2004.

MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.

_____. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____.; ASSIS, Francisco de. Para uma pedagogia dos gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos: estudos fundamentais**. Rio de Janeiro, São Paulo: PUC Rio, Loyola, 2020. p. 13-17.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 21-36, set./dez. 2017.

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

PARRATT, Sonia F. **Gêneros periodísticos en prensa**. Quito: Ciespal, 2008.

SALOMÃO, Mozahir. O constrangimento nosso de cada dia: o jornalismo e os constrangimentos organizacionais. **Mediação**, Belo Horizonte, n. 6, p. 132-142, 1º sem. 2007.

SALOMÃO, Virgínia. **Mídia, cultura e desenvolvimento: estudo comparado de revistas regionais**. 2009. 385 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

SANTOS, Marli dos et al (Orgs.). **Jornalismo, gêneros e formatos: estado da arte e diálogos contemporâneos**. Blumenau: Edifurb, 2021.

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galáxia**, São Paulo, n. 25, p. 165-179, jun. 2013.

_____. **Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação**. Covilhã: LabCom Books, 2009.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **MATRIZES**, São Paulo, ano 3, n. 1, p. 197-212, ago./dez. 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Por uma teoria dos gêneros em jornalismo. In: MAIA, Juarez Ferraz da (Org.). **Gêneros e formatos em jornalismo**. Goiânia: PUC-Goiás, 2011. p. 11-21.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. Lisboa: Edições 70, 1981.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.